

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 74/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2023

Edital de pregão para SERVIÇO DE
COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA
URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E
NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL,
CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE
REFERÊNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas, do dia 17 do mês de novembro do ano de 2023, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a licitação na modalidade de "PREGÃO PRESENCIAL", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente a Lei 8.666/93 e a Lei Complementar nº123/2006 e alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas. O presente edital está disponível no Portal de Transparência do site da Prefeitura de Planalto/RS, podendo os interessados obter cópia do mesmo pelo site www.planalto.rs.gov.br ou solicitar através do e-mail liciplan@planalto.rs.gov.br.

1 – DO OBJETO.

SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL, CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Itens:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição
1	12	MÊS	SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL, CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA. Valor de Referência mês: R\$ 22.018,36
2	31.392	KM	TRANSPORTE ATÉ O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS AMBIENTAIS E A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA FEPAM OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL. Valor de Referência Km: R\$ 6,52

OBS: A LICITANTE VENCEDORA DO CERTAME DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE FORNECER A SEUS FUNCIONÁRIOS OS EPIS (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) NECESSÁRIOS PARA A PROTEÇÃO DOS MESMOS E QUE SERÃO DE USO OBRIGATÓRIO COMO: MACACÃO COM IDENTIFICAÇÃO, COLETE REFLEXIVO, BOTINAS, LUVAS E MASCARAS, DEVENDO A LICITANTE VENCEDORA ARCAR COM QUALQUER DANO PELO NÃO USO DOS EQUIPAMENTOS, NÃO CABENDO QUALQUER INDENIZAÇÃO POR PARTE DO

MUNICÍPIO;

OBS: JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PLANILHA DE CUSTO PARA O ITEM

DOS ROTEIROS QUE DEVERÃO SER CUMPRIDOS PELO CONTRATADO:

- 06 (seis) vezes por semana (segunda-feira à sábado) no perímetro urbano (centro da cidade);
- 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas) nas Avenidas e Travessas;
- 02 (duas) vezes por semana (terças e quintas) nos Bairros Harmonia, São Miguel, Pró-Morar, Grápia, Líder, Cristal e São Cristóvão;
- 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas) à tarde, nas Avenidas Duque de Caxias, Presidente Vargas e Daltro Filho, lixo seco;
- 01 (uma) vez por semana no interior do Município, conforme roteiro que segue:
 - 1º - Sábado (Pinhalzinho, Botafogo, Pedreira, Barra Bonita, Linha de César, Linha Duarte e Linha da Gruta);
 - 2º - Sábado (São José, São Valentim, São Roque, Sete de Setembro e linha Jacutinga);
 - 3º - Sábado (Sanga da Borja, Sanga do Meio, São Luiz, 21 de Abril, Linha Divino, Linha Tarumã, Linha Caravágio e Linha Alvorada);
 - 4º - Sábado (Santa Lucia, Vale das Uvas, Santa Cruz, São Raimundo, Barra do Tamanduá e Santo Antônio);
- A cada 15 (quinze) dias na Área Indígena (Vila Cruzeiro, Ocas até o Passo Feio, divisa com Nonoai/RS);
- O transporte até o destino final deverá se dar de segunda a sábado;

OBS: OS ROTEIROS ACIMA DESCRITOS DEVERÃO SER MANTIDOS INCLUSIVE EM FERIADOS PROLONGADOS, EVITANDO O ACUMULO DE LIXO.

DAS EXCEÇÕES:

- Lixo hospitalar (hospitais, farmácias e consultórios odontológicos, laboratório de análises clínicas);
- Oficinas e auto elétricas;
- Indústrias de transformação;
- Lâmpadas;

2. – DA PARTICIPAÇÃO.

2.1. Poderão participar desta licitação empresas que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2. É vedada a participação de empresa:

2.2.1. Em processo de falência ou de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2. Empresas que estejam constituídas em consórcios;

2.2.3. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93;

2.2.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

2.2.5. Incurrer em outros impedimentos previstos em Lei.

2.3 Condições para participação das empresas beneficiadas:

2.3.1 Nos termos dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, as Empresas Beneficiadas deverão apresentar toda a documentação exigida na Habilitação, mesmo que apresente alguma restrição com relação à Regularidade Fiscal.

2.3.2 Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal será assegurado às ME's e EPP's o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do(s) item(ns), prorrogáveis por igual prazo, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

2.3.3 A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar a licitante remanescente na ordem de classificação para contratação ou revogar a licitação.

3. – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

3.1. A licitante deverá apresentar-se para o Credenciamento Junto ao Pregoeiro, no dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste edital com a documentação abaixo relacionada, fora dos Envelopes de Habilitação e de Proposta. A mesma querendo ofertar lances deverá credenciar o seu Representante Legal, ou Procurador.

3.1.1. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, sendo obrigatória a apresentação também para as empresas que não se fizerem presentes ou representadas na sessão.

3.2. – Credenciamento da seguinte forma – (fora dos envelopes)

a). Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado deverá apresentar:

a. 1) cópia autenticada da carteira de identidade;

a. 2) cópia autenticada do registro comercial, se empresa individual;

a. 3) cópia autenticada do ato constitutivo ou, estatuto ou, contrato social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, e em vigor, compatível ao objeto licitado. Em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores. (a apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado à Lei Federal nº. 10.406/02).

a. 4) declaração de atendimento aos requisitos de Habilitação e do Preço Oferecido (conforme modelo Anexo IV).

a. 5) declaração de comprovação do enquadramento em um dos dois regimes, das "Empresas Beneficiadas" pela Lei Complementar nº. 123/06, (conforme modelo do Anexo VIII, ou do Anexo IX), deste edital assumindo a responsabilidade sob as penas da Lei, de que a informação é verdadeira, assinada pelo contador (carimbo com o nº. do CRC) ou Inscrição no Simples Nacional ou Certidão da Junta Comercial emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a data prevista para abertura deste certame.

a. 6) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações, se for o caso;

a. 7) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício, se for o caso;

a. 8) Decreto de autorização em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, se for o caso;

b). Se representada por procurador, deverá apresentar também:

b. 1) instrumento público ou particular de procuração, com firma do outorgante devidamente reconhecida em Cartório, (conforme modelo Anexo V) e / ou;

b. 2) carta de credenciamento, com firma do outorgante devidamente reconhecida em Cartório, (conforme modelo Anexo III),

Obs. caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.3. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença de seu representante legal devidamente credenciado, do contrário, será considerado simplesmente ouvinte, não podendo ofertar lances, indagar ou fazer quaisquer registros no decorrer desta licitação.

3.4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3.5. Declarado encerrado o procedimento do credenciamento, não será admitida a participação de outras proponentes.

3.6. A ausência da licitante antes do término da sessão, será considerada como renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

3.7. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão consultar o cadastro da licitante para

comprovar os poderes do credenciamento e/ou, procuração caso necessário.

3.8. Durante a sessão de lances, o telefone celular somente poderá ser utilizado com a permissão do Sr. Pregoeiro.

4. – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES.

4.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, as empresas interessadas deverão entregar no Setor de Licitações, modalidade “Pregão”, 2 (dois) Envelopes: N.º. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS; N.º. 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contendo as seguintes indicações externas:

ENVELOPE N.º. (01) – “PROPOSTA DE PREÇOS”

Ao Município de Planalto/RS.

Pregão Presencial n.º. 18/2023

Razão Social - _____

CNPJ OU CPF N.º. _____

Endereço da Licitante - _____

ENVELOPE N.º. (02) – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ao Município de Planalto/RS.

Pregão Presencial n.º. 18/2023

Razão Social - _____

CNPJ OU CPF N.º. _____

Endereço da Licitante - _____

5. – RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES.

5.1. No dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, receberá os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇO n.º. (01) e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO n.º. (02).

5.2. O Pregoeiro realizará o Credenciamento das Licitantes, conforme documentação solicitada.

5.3. Não serão aceitos envelopes de habilitação e/ou proposta sem a declaração de atendimento aos requisitos de Habilitação.

5.4. Os documentos apresentados em original ficarão retidos no processo licitatório e somente serão desentranhados mediante requerimento de substituição, por cópia.

5.5. Os envelopes da documentação deste Pregão, que não forem abertos ficarão em poder do Sr. Pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após este período no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

6. – DA PROPOSTA DE PREÇO – (Envelope n.º. 01).

6.1. As PROPOSTAS deverão ser apresentadas no ENVELOPE n.º. 01 (um), fechado, em papel timbrado se possível, impressas por meio eletrônico e/ou datilografadas em uma via, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, assinada pelo representante legal da empresa, sob pena de desclassificação, preferencialmente, no modelo sugerido no Anexo I.

6.2. NAS PROPOSTAS, SERÃO CONSIDERADAS OBRIGATORIAMENTE:

6.2.1. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total de cada item, sendo admitido somente 2 casas decimais.

6.2.2. A proposta deverá conter especificação clara do objeto;

6.2.3. Juntamente com a proposta de preço o licitante deverá apresentar planilha de custo para o item (modelo ilustrativo anexo XI), que deverá ser preenchida de acordo com Orientação Técnica de Serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares do TCE/RS (anexa ao edital).

6.3. Prazo de validade da proposta; de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da Sessão Pública.

6.4. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros, pesagem, combustível e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente;

6.5. Os bens e serviços ofertados deverão ser em conformidade a legislação pertinente, atendendo aos padrões de acordo com as respectivas normas.

6.6. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

7. – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO.

7.1. No dia, horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão pública do Pregão, iniciando-se com o recebimento do credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.2. Abertos os envelopes das propostas de preços, será feita a respectiva conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

7.3. Verificada sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, o "JULGAMENTO SERÁ PELO MENOR VALOR POR ITEM"

7.4. O autor da oferta de valor por ITEM mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez) por cento superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.

7.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas, nas condições definidas no subitem 7.5, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos subitens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.7. No caso de empate, entre duas ou mais propostas, "JÁ CLASSIFICADAS DENTRO DO LIMITE DE

ATÉ 10%, DA MENOR PROPOSTA", o sistema definirá automaticamente a ordem, para lances.

7.8. No caso de empate, entre duas ou mais propostas, "PARA DEFINIR A TERCEIRA CLASSIFICADA DENTRO DO LIMITE DE ATÉ 10%, DA MENOR PROPOSTA", realizar-se-á sorteio.

7.9. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa a todos os licitantes classificados, vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.10. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste edital e das Leis Federais.

7.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.12. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre as propostas escritas de menor valor por item e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.14. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas ou as empresas de pequeno porte.

7.14.1. Entende-se como empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.15. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.10.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não esteja presente no certame e esteja dentro da condição prevista no sub-item 7.14.1, esta será convocada por telefone a apresentar nova proposta, a qual deverá ser apresentada em documento e enviada via fax ou e-mail em até 30 minutos.

7.16. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 7.11 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.17. O disposto nos itens 7.14 a 7.16, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

7.18. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

7.19. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor valor por item.

7.20. – Serão desclassificadas as propostas que:

7.20.1. Não atenderem aos requisitos mínimos deste edital e seus anexos; as que contiverem opções de preços alternativos ou, que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

7.20.2. As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.20.3. Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

7.21. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.22. Não serão consideradas para julgamento das propostas, ofertas ou vantagens não previstas no edital e seus anexos.

7.23. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada ou ata eletrônica contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.24. A sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto a Secretaria Competente.

7.25. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados no mesmo ato as licitantes presentes.

8. - DA HABILITAÇÃO – (Envelope nº. 02).

8.1. Para Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s), deverá conter no Envelope nº. 02 (dois), a documentação relacionada, e na ordem, conforme segue:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a). Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado deverá apresentar:

a. 1) cópia da carteira de identidade;

a. 2) cópia autenticada do registro comercial, se empresa individual;

a. 3) cópia autenticada do ato constitutivo ou, estatuto ou, contrato social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, e em vigor, compatível ao objeto licitado. Em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores. (a apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado a Lei Federal nº. 10.406/02).

a. 4) declaração de comprovação do enquadramento em um dos dois regimes, das “Empresas Beneficiadas” pela Lei Complementar nº. 123/06, (conforme modelo do Anexo VII, ou do Anexo VIII), deste edital assumindo a responsabilidade sob as penas da Lei, de que a informação é verdadeira, assinada pelo contador (carimbo com o nº. do CRC) ou Inscrição no Simples Nacional ou Certidão da Junta Comercial emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a data prevista para abertura deste certame.

a. 5) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações, se for o caso;

a. 6) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício, se for o caso;

a. 7) Decreto de autorização em se tratando de empresas ou sociedade estrangeiras, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, se for o caso;

Nota - A licitante fica dispensada da apresentação da documentação referente a habilitação jurídica caso já tenha apresentado quando do credenciamento junto ao pregoeiro.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.

c) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Servindo documentos como prova: Alvará, Certidão de Lotação ou outro documento que comprove sua inscrição junto ao município sede do licitante);

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia – (FGTS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos junto à Justiça do Trabalho, em conformidade a Lei 12.440/2011.

8.2. Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público, conforme prescreve o inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, (conforme Anexo VI).

8.3. Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo VII).

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A empresa deverá apresentar obrigatoriamente, no mínimo um atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa possui experiência e desempenhado de maneira satisfatória objeto similar ao deste processo.

b) A empresa deverá apresentar Licença Ambiental para área de transbordo de carga ou contrato com empresa que esteja devidamente licenciada;

8.4. NOTA IMPORTANTE: Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

8.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por Servidor do Município de Planalto, ou Publicação em órgão de imprensa oficial.

8.5.1. Quanto aos documentos extraídos de sistema informatizado (Internet), somente serão aceitos no original impresso, ficando sujeitos à comprovação de sua autenticidade pela equipe, através de consulta on-line.

8.6. Todos os documentos apresentados deverão ser em nome unicamente da matriz ou, da filial que ora se habilita, com exceção dos documentos que, são válidos para matriz e todas as filiais.

8.7. Para Certidões emitidas que não tenham de forma explícita o prazo de validade, será considerado o

prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas emissões, devendo estar válidas na data da Sessão Pública do Pregão.

9. - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.

9.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão, serão recebidas até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, por escrito entregues no setor de protocolo desta Prefeitura em horário de expediente e/ou pelo e-mail: liciplan@planalto.rs.gov.br, A/C do Pregoeiro.

9.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

9.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

9.4. As impugnações interpostas fora dos prazos não serão conhecidas.

10. – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe, adjudicado(s) o(s) item(ns) pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.3. A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do(s) item(ns) ao(s) proponente(s) vencedor(es) pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente.

11. – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº. 10.520/02, devendo a licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, durante a Sessão.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

11.1.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do recurso, por escrito, entregue no setor de protocolo, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, ou enviado para o e-mail: liciplan@planalto.rs.gov.br, A/C do Sr. Pregoeiro, dirigido a Autoridade Competente, por intermédio daquele que praticou o ato recorrido. Ficam os demais desde logo intimados, para conhecimento das razões e apresentar as suas contrarrazões, em igual número de dias. O prazo começa a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.3. Interposto o recurso o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente infirmado à autoridade superior.

11.1.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.1.5. A falta desta manifestação por parte da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.1.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, nos termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. – DAS OBRIGAÇÕES.

12.1. Da Contratante:

12.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

12.1.2. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

12.1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

12.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

12.1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

12.2. Da Promitente Fornecedora.

12.2.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

12.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

12.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

12.2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

12.2.6. A Promitente Fornecedora assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução do fornecimento de mercadorias ora contratado, inclusive quanto a acidentes, perdas ou destruição.

12.2.7. Coletar os resíduos sólidos domiciliares (lixo) produzidos na área urbana e rural conforme cronograma de coleta, observando dias e horários, inclusive os feriados prolongados.

12.2.8. Realizar o transporte do lixo em qualquer condição climática, evitando o acúmulo do mesmo.

12.2.9. Manter a central de transbordo do lixo organizada e limpa, garantindo com isso o bom andamento dos trabalhos e possibilitando a visita de escolas e entidades educacionais.

12.2.10. A empresa deverá cumprir as normas ambientais expressas na legislação pertinente, sob a orientação do órgão ambiental do Município, adequar a estação de transbordo, de forma a atender as normas da FEPAM.

12.2.11. A empresa contratada se responsabilizará em manter seus funcionários devidamente registrados com CTPS, responsabilizando-se pelos encargos sociais e previdenciários.

13. – DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinatura do Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

13.3. Se dentro do prazo, o vencedor da licitação, injustificadamente recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação assinar o Contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14 - DO PRAZO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO

14.1. O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo acordado entre as partes de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

14.2. O serviço deverá ser entregue conforme cronograma constante no Termo de Referência e no presente edital;

14.3. A licitante vencedora cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;

14.4. Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pelo(a) fiscal do contrato e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;

14.5. Responsabilizar-se pela entrega dos serviços acompanhada dos documentos necessários ao recebimento;

14.6. Será fiscalizado o serviço pela secretaria solicitante, quando de sua prestação pela licitante vencedora;

14.7. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros, pesagem, combustível e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do contrato correrão por conta da empresa vencedora.

15. – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO.

15.1. Os recursos necessários para cobertura das despesas deste edital serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto	1001 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Despesa	3390.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO

15.2. Os pagamentos serão realizados após entrega do produto, respeitadas as regras de cronologia, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

15.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Obs.: No caso de incorreção, será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da mesma.

16. – DO PREÇO E DO REAJUSTE.

16.1. O preço inerente à execução do objeto será o apresentado na proposta da licitante vencedora da licitação, que constará do citado instrumento e incluirá todas as despesas legais e adicionais.

16.2. O reajuste será concedido conforme Orientação Técnica de Serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares do TCE/RS##

, sendo adotado o índice de reajuste IPCA, conforme Lei Municipal nº 4.020/2020, tendo como termo inicial a data da proposta e periodicidade anual.

16.3. Para fins do item anterior, excetuam-se as despesas de mão de obra (encargos de recursos humanos), bem como os gastos relativos ao combustível que deverão ser comprovados anualmente, mediante documentação hábil, além da planilha de custos já atualizada nos demais tópicos pelo índice acima referido.

16.4. O Reajuste será concedido de forma anual em mesmo momento para os tópicos 16.2 e 16.3, podendo ser justificado por meio de uma única planilha de custos nos moldes da apresentada na proposta, desde que instruída com a documentação comprobatória pertinente.

16.5. A documentação relativa as despesas a serem comprovadas no item 16.3 deverá ser atualizada no máximo nos 30 (trinta) dias anteriores a data prevista para a concessão do reajuste, que conforme o disposto no item 16.2, será de um ano após a proposta, independentemente de solicitação pela administração municipal.

16.6. O reajuste somente será concedido mediante a apresentação de toda a documentação referida acima, sendo que em caso de atraso do envio da documentação a administração não terá qualquer responsabilidade sobre o referido atraso.

16.7. O índice do IPCA não incidirá em hipótese alguma sobre as despesas de mão de obra (encargos de recursos humanos), bem como os gastos relativos ao combustível que deverão ser comprovados na forma do item 16.3.

17. - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

17.1. O beneficiário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, através de solicitação formal ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: Publicações, lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, bem como planilha de custos atualizada nos mesmos moldes da apresentada juntamente com a proposta. (art. 65, inciso II, alínea d da Lei 8.666/93).

17.2. O reequilíbrio econômico-financeiro, não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta, e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços e somente será concedido se comprovadamente

demonstrado desequilíbrio significativo no valor final da planilha de custos que detalha a prestação do serviço.

17.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro praticado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos fornecedores regionais, visando a busca do preço praticado na realidade da região.

17.4. PARA SER CONCEDIDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO SERÃO SEGUIDAS AS ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU:

“Para que possa ser autorizado e concedido o reequilíbrio econômico financeiro do contrato pedido pelo contratado, a Administração tem que verificar:

- os custos dos itens constantes da proposta contratada, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio;
- ao encaminhar à Administração pedido de reequilíbrio econômico financeiro, deve o contratado demonstrar quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato;
- ocorrência de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.”

18. - DA SUBCONTRATAÇÃO.

18.1. A Contratada somente poderá subcontratar serviços acessórios à execução do contrato e com a prévia permissão do Município de Planalto. A subcontratação não altera as obrigações contratuais do Contrato decorrente desta licitação.

19. – DA RESCISÃO.

19.1. A rescisão das obrigações decorrentes deste certame se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80, da Lei nº. 8.666/93.

20. – DAS PENALIDADES.

20.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

20.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de até 5% sobre o valor do último lance ofertado;

20.1.2 Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano;

20.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de 6% sobre o valor do último lance ofertado;

20.1.4. Executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

20.1.5. Executar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, em uma única vez, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

20.1.6. Inexecução parcial do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

20.1.7. Inexecução total do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

20.1.8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução do objeto: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

20.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

20.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer uma das disposições do presente Edital.

21.2. Devem ser registradas por meio de Termo Aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a vigência da ata, solicitado via ofício pela PROMITENTE FORNECEDORA, se for o caso, com a devida justificativa, protocolizando o pedido no setor de protocolo do Município, para as devidas providências.

21.3. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou proposta, relativa ao presente pregão.

21.4. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela equipe de apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.

21.5. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação.

21.6. A CONTRATANTE não aceitará sob nenhum pretexto a transferência de responsabilidade da PROMITENTE FORNECEDORA para outras licitantes.

21.7. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

c) anulada/revogada em conformidade ao art. 49 da 8.666/93 e alterações;

21.8. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação em vigor e elegem as partes, o Foro da Cidade de Planalto/RS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. – FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Modelo de Credenciamento.
Anexo IV	Modelo de Pleno Atendimento a Habilitação.
Anexo V	Modelo de Procuração.
Anexo VI	Modelo de Declaração de Idoneidade.
Anexo VII	Modelo de Declaração Cumprimento do art. 7º Constituição.
Anexo VIII	Modelo do Enquadramento para ME's ou EPP's.
Anexo IX	Modelo do Enquadramento para Cooperativa.
Anexo X	Modelo de Contrato.
Anexo XI	Modelo de Planilha de Custos.

Planalto/RS, 01 de outubro de 2023.

Cristiano Gnoatto
Prefeito Municipal

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Planalto/RS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Necessidade da Administração: SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL, CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos na área urbana e nas comunidades da área rural e transporte para o destino final.

Os serviços objeto da contratação pretendida possuem as seguintes especificações:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição
1	12	MÊS	SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL. Valor de Referência mês: R\$ 22.018,36
2	31.392	KM	TRANSPORTE ATÉ O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS AMBIENTAIS E A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA FEPAM OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL. Valor de Referência Km: R\$ 6,52

OBS: A LICITANTE VENCEDORA DO CERTAMENTE DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE FORNECER A SEUS FUNCIONÁRIOS OS EPIS (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) NECESSÁRIOS PARA A PROTEÇÃO DOS MESMOS E QUE SERÃO DE USO OBRIGATÓRIO COMO: MACACÃO COM IDENTIFICAÇÃO, COLETE REFLEXIVO, BOTINAS, LUVAS E MASCARAS, DEVENDO A LICITANTE VENCEDORA ARCAR COM QUALQUER DANO PELO NÃO USO DOS EQUIPAMENTOS, NÃO CABENDO QUALQUER INDENIZAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO;

OBS: JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR PLANILHA DE CUSTO PARA O ITEM

DOS ROTEIROS QUE DEVERÃO SER CUMPRIDOS PELO CONTRATADO:

- 06 (seis) vezes por semana (segunda-feira à sábado) no perímetro urbano (centro da cidade);

- 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas) nas Avenidas e Travessas;
- 02 (duas) vezes por semana (terças e quintas) nos Bairros Harmonia, São Miguel, Pró-Morar, Grápia, Líder, Cristal e São Cristóvão;
- 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas) à tarde, nas Avenidas Duque de Caxias, Presidente Vargas e Daltro Filho, lixo seco;
- 01 (uma) vez por semana no interior do Município, conforme roteiro que segue:
 - 1º - Sábado (Pinhalzinho, Botafogo, Pedreira, Barra Bonita, Linha de César, Linha Duarte e Linha da Gruta);
 - 2º - Sábado (São José, São Valentim, São Roque, Sete de Setembro e linha Jacutinga);
 - 3º - Sábado (Sanga da Borja, Sanga do Meio, São Luiz, 21 de Abril, Linha Divino, Linha Tarumã, Linha Caravágio e Linha Alvorada);
 - 4º - Sábado (Santa Lucia, Vale das Uvas, Santa Cruz, São Raimundo, Barra do Tamanduá e Santo Antônio);
- A cada 15 (quinze) dias na Área Indígena (Vila Cruzeiro, Ocas até o Passo Feio, divisa com Nonoai/RS);
- O transporte até o destino final deverá se dar de segunda a sábado;

OBS: OS ROTEIROS ACIMA DESCRITOS DEVERÃO SER MANTIDOS INCLUSIVE EM FERIADOS PROLONGADOS, EVITANDO O ACUMULO DE LIXO.

DAS EXCEÇÕES:

- Lixo hospitalar (hospitais, farmácias e consultórios odontológicos, laboratório de análises clínicas);
- Oficinas e auto elétricas;
- Indústrias de transformação;
- Lâmpadas;

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos na área urbana e nas comunidades da área rural e transporte para o destino final, tendo em vista que é dever do município manter a cidade limpa, tornando o ambiente um lugar agradável para a população, dando o correto destino aos resíduos sólidos que se acumulam no dia a dia.

Dessa forma, se faz necessária e urgente a contratação de empresa para a coleta e destino final dos resíduos sólidos, pois o contrato atualmente vigente está findando e não será renovado, pelas razões expostas no Memorando nº 14/2023, seguido do despacho do Prefeito Municipal que determinou a realização de nova licitação, sendo que caso não ocorra o recolhimento, os resíduos acabam por se acumular, causando mau cheiro e atraindo animais, com sério risco de contaminação tanto das pessoas como do meio ambiente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição pretendida tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma Presencial, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da lei 10.520/02 e lei 8.666/93.

Para fornecimento do serviço pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de credenciamento e habilitação, nos termos da lei 10.520/02 e lei 8.666/93.

Credenciamento da seguinte forma

- a) Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado deverá apresentar:
- b) cópia da carteira de identidade;
- c) cópia autenticada do registro comercial, se empresa individual;
- d) cópia autenticada do ato constitutivo ou, estatuto ou, contrato social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, e em vigor, compatível ao objeto licitado. Em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. (a apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado à Lei Federal nº. 10.406/02).

- e) declaração de atendimento aos requisitos de Habilitação e do Preço Oferecido;
- f) declaração de comprovação do enquadramento em um dos dois regimes, das "Empresas Beneficiadas" pela Lei Complementar nº. 123/06, assumindo a responsabilidade sob as penas da Lei, de que a informação é verdadeira, assinada pelo contador (carimbo com o nº. do CRC) ou Inscrição no Simples Nacional ou Certidão da Junta Comercial emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a data prevista para abertura deste certame.
- g) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações, se for o caso;
- h) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício, se for o caso;
- i) Decreto de autorização em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, se for o caso;

Se representada por procurador, deverá apresentar também:

- a) instrumento público ou particular de procuração, com firma do outorgante devidamente reconhecida em Cartório;
- b) carta de credenciamento, com firma do outorgante devidamente reconhecida em Cartório;

Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

- a) Se representada por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado deverá apresentar:
- b) cópia da carteira de identidade;
- c) cópia autenticada do registro comercial, se empresa individual;
- d) cópia autenticada do ato constitutivo ou, estatuto ou, contrato social e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, e em vigor, compatível ao objeto licitado. Em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. (a apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado a

Lei Federal nº. 10.406/02).

e) declaração de comprovação do enquadramento em um dos dois regimes, das “Empresas Beneficiadas” pela Lei Complementar nº. 123/06, assumindo a responsabilidade sob as penas da Lei, de que a informação é verdadeira, assinada pelo contador (carimbo com o nº. do CRC) ou Inscrição no Simples Nacional ou Certidão da Junta Comercial emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores a data prevista para abertura deste certame.

f) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações, se for o caso;

g) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício, se for o caso;

h) Decreto de autorização em se tratando de empresas ou sociedade estrangeiras, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, se for o caso;

Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; se houver.

c) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Servindo documentos como prova: Alvará, Certidão de Lotação ou outro documento que comprove sua inscrição junto ao município sede do licitante);

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia – (FGTS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos junto à Justiça do Trabalho, em conformidade a Lei 12.440/2011.

Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa deverá apresentar obrigatoriamente, no mínimo um atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa possui experiência e desempenho de maneira satisfatória objeto similar ao deste processo.

A empresa deverá apresentar Licença Ambiental para área de transbordo de carga ou contrato com empresa que esteja devidamente licenciada;

Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público, conforme prescreve o inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizados pelo fiscal de contrato, conforme o disposto na Portaria nº 276/2023, que nomeia os fiscais de contrato do município.

5. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados após entrega do produto, respeitadas as regras de cronologia, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação

da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Obs.: No caso de incorreção, será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da mesma.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 3, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Presencial.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 468.896,16 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos).

Cumprido destacar, que para apuração dos valores da presente licitação foram realizadas buscas junto ao Banco de Preços e LicitaCon Cidadão para composição dos valores, mas não foram localizados valores nos padrões pretendidos na presente licitação, pois os valores variam de município para município ou região, sendo assim, para se alcançar os valores aqui informados, usou-se como base os valores praticados na última licitação realizada pelo município, com a devida correção pelo IPCA, índice oficial do município. Assim, vislumbra-se que tais valores são compatíveis com o praticado pelo mercado correspondente, nos termos da lei 10.520/02 e lei 8.666/93.

08. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Projeto	1001 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Despesa	3390.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO

ANEXO II - Modelo Proposta de Preços.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 74/2023
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2023

A
Prefeitura Municipal de Planalto.

Prezados Senhores,

A Empresa....., com sede na Rua/Av., nº., CEP:, Município de, - UF:, Telefone, e-mail, inscrita no CNPJ sob nº., abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente Pregão, propõe a esse Município, o fornecimento do objeto deste ato convocatório de acordo com a PRESENTE PROPOSTA COMERCIAL, nas seguintes condições:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	12	MÊS	SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL, CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.		
2	31.392	KM	TRANSPORTE ATÉ O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS AMBIENTAIS E A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA FEPAM OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL.		

2) Declaramos que, estamos de acordo com os termos do edital e seus Anexos e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos.

3) Do Prazo de Pagamento:

3.1. Os pagamentos serão realizados após entrega do produto, respeitadas as regras de cronologia, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

4) Condições para o Pagamento:

4.1. Apresentação da Fatura/Nota Fiscal, aprovada pela Secretaria solicitante, em nome do Município de Planalto/RS.

5) Validade da Proposta: 60 dias

6) Dados Bancários:

Banco do
Agencia nº.
Conta nº.

7) Contato:

Sr. (Sócio-Diretor)
Fone: Fax: Celular:
e-mail -

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal.

Carimbo do CGC.

ANEXO III

MODELO - CREDENCIAMENTO
(fora dos envelopes)

CREDCENCIADO:

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão; _____

Nº. da Identidade: _____ CPF: _____

EMPRESA CREDENCIADORA:

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/CPF: _____ Inscrição Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação modalidade Pregão Presencial nº. 18/2023, promovido pelo Município de Planalto, conferindo-lhes todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993; Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002; Juntamente com a Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, ofertar lances, ingressar com manifestação de recurso, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos, oriundos deste certame licitatório.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Diretor Sócio-Gerente ou Equivalente.
(Reconhecer Firma)

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO REQUISITOS HABILITAÇÃO.
(fora dos envelopes)

À Equipe de Apoio,

(Razão Social da Licitante),, CNPJ/CPF sob nº. , sediada em , (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, conforme artigo 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO e entrega dos envelopes contendo a indicação do objeto e do PREÇO OFERECIDO. Conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Pregão Presencial nº. 18/2023, e seus Anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal.

Carimbo do CGC.

ANEXO V

MODELO – PROCURAÇÃO
(fora dos envelopes)

À Equipe de Apoio,

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº., e Inscrição Estadual sob nº., representada neste ato por seu(s) , (qualificação(ões)..... ,do(s) outorgante(s) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. e CPF sob nº., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o(a) Sr.(a) , (qualificação), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. ... e CPF sob nº. , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa), perante o Município de Planalto/RS, no que se referir ao Pregão Presencial nº. 18/2023, especialmente para tomar toda e qualquer decisão durante as fases do Pregão, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, oferecer/assinar PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular lances na etapa de lances, negociar a redução de preço, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, firmar o Contrato, em nome da Outorgante, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o final de todo o processo do Pregão Presencial nº. 18/2023, inclusive até o final da entrega do objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Diretor Sócio-Gerente ou Equivalente.
(Reconhecer Firma)

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO - IDONEIDADE

À Equipe de Apoio,

Na qualidade de representante legal abaixo assinado, da empresa _____, CNPJ/CPF sob nº. , declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Pregão Presencial nº. 18/2023 que a empresa por mim apresentada não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Publico, na forma do inciso IV, do Artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal.

Carimbo do CGC.

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO - ART. 7º. CONSTITUIÇÃO

À Equipe de Apoio,

(Razão Social da Licitante), , CNPJ/CPF sob nº. , declara para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial nº. 18/2023, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal.

Carimbo do CGC.

MODELO - DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME's ou EPP's).
(fora dos envelopes)

À Equipe de Apoio,

Declaro sob as penas da Lei, que a licitante,, CNPJ sob nº., se enquadra na definição do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, pelo que pretende, EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º do art. 3º, da Lei Complementar 123/06.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Contador - (carimbo)

MODELO - DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO P/ COOPERATIVA.
(fora dos envelopes)

À Equipe de Apoio,

Declaro sob as penas da Lei, que a licitante Cooperativa;, CNPJ sob nº., se enquadra, no limite da receita determinada pela Lei Complementar, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, pelo que pretende, EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, conferido por Lei e que para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

Assinatura do Contador - (carimbo)

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE PLANALTO, Estado do Rio Grande do Sul, com

endereço da Prefeitura na Rua Humberto de Campos, 732, Planalto/RS, inscrito no CNPJ sob n.º 87.612.891/0001-15, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CRISTIANO GNOATTO, doravante denominado CONTRATANTE ou simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa _____, com sede na _____, sob o CNPJ n.º _____ neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993, no Edital de Pregão Presencial n.º 18/2023 e nas condições expressas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é:
SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA URBANA EM TODAS AS RUAS E LOGRADOUROS E NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA ÁREA RURAL, CONFORME ROTEIROS DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA., na qual a contratada foi vencedora dos seguintes itens: _____

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. A Contratada receberá o valor total de R\$ _____ (_____).

2.2. Os pagamentos serão realizados após entrega do produto, respeitadas as regras de cronologia, mediante Nota Fiscal em nome do Município de Planalto/RS. (Na nota fiscal obrigatoriamente deverá constar: a modalidade de licitação, o número do contrato ou Ata e número da ordem de compras). O pagamento será efetuado em conta corrente específica da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ ou CPF da mesma.

2.3. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.4. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta da CONTRATADA;

2.5. O preço inerente à execução do objeto será o apresentado na proposta da licitante vencedora da licitação, que constara do citado instrumento e incluirá todas as despesas legais e adicionais.

2.6. O preço inerente à execução do objeto será o apresentado na proposta da licitante vencedora da licitação, que constara do citado instrumento e incluirá todas as despesas legais e adicionais.

2.7. O reajuste será concedido conforme Orientação Técnica de Serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares do TCE/RS##

, sendo adotado o índice de reajuste IPCA, conforme Lei Municipal n.º 4.020/2020, tendo como termo inicial a data da proposta e periodicidade anual.

2.8. Para fins do item anterior, excetuam-se as despesas de mão de obra (encargos de recursos humanos), bem como os gastos relativos ao combustível que deverão ser comprovados anualmente, mediante documentação hábil, além da planilha de custos já atualizada nos demais tópicos pelo índice acima referido.

2.9. O Reajuste será concedido de forma anual em mesmo momento para os tópicos 2.7 e 2.8,

podendo ser justificado por meio de uma única planilha de custos nos moldes da apresentada na proposta, desde que instruída com a documentação comprobatória pertinente.

2.10. A documentação relativa as despesas a serem comprovadas no item 2.8 deverá ser atualizada no máximo nos 30 (trinta) dias anteriores a data prevista para a concessão do reajuste, que conforme o disposto no item 2.7, será de um ano após a proposta, independentemente de solicitação pela administração municipal.

2.11. O reajuste somente será concedido mediante a apresentação de toda a documentação referida acima, sendo que em caso de atraso do envio da documentação a administração não terá qualquer responsabilidade sobre o referido atraso.

2.12. O índice do IPCA não incidirá em hipótese alguma sobre as despesas de mão de obra (encargos de recursos humanos), bem como os gastos relativos ao combustível que deverão ser comprovados na forma do item 2.8.

2.11. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

2.11.1. O beneficiário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, através de solicitação formal ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: Publicações, lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, bem como planilha de custos atualizada nos mesmos moldes da apresentada juntamente com a proposta. (art. 65, inciso II, alínea d da Lei 8.666/93).

2.11.2. O reequilíbrio econômico-financeiro, não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta, e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços e somente será concedido se comprovadamente demonstrado desequilíbrio significativo no valor final da planilha de custos que detalha a prestação do serviço.

2.11.3 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro praticado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos fornecedores regionais, visando a busca do preço praticado na realidade da região.

2.12. PARA SER CONCEDIDO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO SERÃO SEGUIDAS AS ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU:

“Para que possa ser autorizado e concedido o reequilíbrio econômico financeiro do contrato pedido pelo contratado, a Administração tem que verificar:

- os custos dos itens constantes da proposta contratada, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio;
- ao encaminhar à Administração pedido de reequilíbrio econômico financeiro, deve o contratado demonstrar quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato;
- ocorrência de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.”

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO

3.1. O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo acordado entre as partes de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

3.2. O serviço deverá ser entregue conforme cronograma constante no Termo de Referência e no edital de licitação;

3.3. A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;

3.4. Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pelo(a) fiscal do contrato e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;

3.5. Responsabilizar-se pela entrega dos serviços acompanhada dos documentos necessários ao recebimento;

3.6. Será fiscalizado o serviço pela secretaria solicitante, quando de sua prestação pela licitante vencedora;

3.7. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros, pesagem, combustível e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do contrato correrão por conta da empresa vencedora.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto	1001 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Despesa	3390.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

5.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

5.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.6. A Promitente Fornecedora assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da má execução do fornecimento de mercadorias ora contratado, inclusive quanto a acidentes, perdas ou destruição.

5.7. Coletar os resíduos sólidos domiciliares (lixo) produzidos na área urbana e rural conforme cronograma de coleta, observando dias e horários, inclusive os feriados prolongados.

5.8. Realizar o transporte do lixo em qualquer condição climática, evitando o acúmulo do mesmo.

5.9. Manter a central de transbordo do lixo organizada e limpa, garantindo com isso o bom andamento dos trabalhos e possibilitando a visita de escolas e entidades educacionais.

5.10. A empresa deverá cumprir as normas ambientais expressas na legislação pertinente, sob a orientação do órgão ambiental do Município, adequar a estação de transbordo, de forma a atender as normas da FEPAM.

5.11. A empresa contratada se responsabilizará em manter seus funcionários devidamente registrados com CTPS, responsabilizando-se pelos encargos sociais e previdenciários.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Pelo inadimplemento das obrigações a Contratada, conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:

6.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de até 5% sobre o valor do último lance ofertado;

6.1.2 Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano;

6.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 1 ano e multa de 6% sobre o valor do último lance ofertado;

6.1.4. Executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

6.1.5. Executar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, em uma única vez, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.6. Inexecução parcial do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

6.1.7. Inexecução total do objeto: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

6.1.8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução do objeto: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

6.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral da Administração nos casos enumerados nos incisos I e XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 e, no caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.1.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

8.1. O presente contrato acha-se estritamente vinculado ao Edital de Licitação constante do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Situações não previstas expressamente neste instrumento, e acaso incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes.

9.2. O Município se reserva no direito de adquirir somente parte da quantidade contratada, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da cidade de Planalto/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes, mutuamente, autorizam a coleta, o tratamento e a guarda de documentos físicos e digitais inerentes ao convênio, uma vez que, torna-se necessária e indispensável, a utilização de tais dados, em virtude das obrigações decorrentes de legislações educacionais e/ou governamentais, estando, o presente e as partes, atendendo às disposições Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações correlatas ao uso de dados.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

Planalto/RS, ____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL
P/ CONTRATADA

CRISTIANO GNOATTO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO XI

MODELO PLANILHA DE CUSTO

PLANILHA DE CUSTO dos serviços que corresponde o somatório dos custos variáveis e custos fixos dos serviços do item nº _____ da empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, estabelecida à Rua _____ na cidade de _____.

OBS: A PRESENTE PLANILHA É MERAMENTE ILUSTRATIVA, DEVENDO SER ADAPTADA CONFORME A REALIZADADE DE CADA LICITANTE.

CÁLCULO DE CUSTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

Custos Variáveis		Custos Fixos	
ÓLEO DIESEL		CUSTOS DE CAPITAL E DEPRECIAÇÃO	
Preço do Litro	R\$	Valor Médio de venda do veículo	R\$
		Valor da Depreciação anual	%
Média Consumida KM/LITRO	R\$	Valor da Depreciação anual	R\$
		Valor a Depreciar no mês	R\$
		Retorno de Investimento Capital anual (SELIC)	%
		Retorno de Investimento	R\$

t o r n o d e l i n v e s t i m e n t o C a p i t a l a n u a l (S E L I C)	
R\$ e t o r n o d e l i n v e s	

Custo combustível por KM	R\$

t i m e n t o C a p i t a l m e n s a l (S E L I C)	
Custo da Retorno de Investimento Capital por KM	R\$

Custo da Depreciação por KM	R\$
------------------------------------	-----

ÓLEO LUBRIFICANTE	
Preço do Litro Lubrificante	R\$
Total na Troca	
Km Rodados com 1 Troca	
Custo do Lubrificante por KM	R\$

PNEUS DE RODAGEM	

MOTORISTA	
Salário Motorista/operador	R\$
13º	R\$
F é r i a R\$	
1/3 de Férias	R\$
FGTS	R\$
INSS	R\$
Adicional Noturno (se houver)	R\$
Custo Motorista Mês	R\$

Preço do Pneu (borrachudo) utilizado	R\$	Custo do Motorista por KM	R\$
Preço do Pneu (liso) utilizado	R\$		

Qtd. Pneus Rodando		IMPOSTOS	
Total na Troca -			
Vida útil do Pneus por KM		Impostos (especificar e quantificar):	
Custo dos Pneus de rodagem Por KM	R\$	Custos com aluguel do veículo (se houver):	
		Outros (Especificar):	

MANUTENÇÃO DO VEÍCULO	
Custo de Manutenção por mês	R\$
Outros (Especificar): lavagens e lubrificação	R\$
Custo da Manutenção por KM	R\$

IPVA E CONTADOR	
Segura Resp. Civil e Casco	R\$
IPVA -	R\$
Laudos Detran/Inmetro/mecânico	R\$
DPVAT	R\$
Honorários com Contador	R\$
Totais dos custos	R\$
Custo por Km	R\$

Total dos Custos variáveis	R\$	Total dos Custos Fixos	R\$
-----------------------------------	-----	-------------------------------	-----

Total dos Custos Variáveis + Custos Fixos	R\$

M	%
----------	---

AR
GE
M
DE
LU
CR
O
EM
PE
RC
EN
TU
AL

--

T
O
T
A
L
D
E
C
U
S
T
O
S
P
O
R
K
M
R
O
D
A
D
O

--

R\$